

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de São Paulo Class.: AM - Multinacionais
 Data 03.12.78 Pg.: 61 03

Plano: vender a floresta amazônica

Nas mãos de Geisel estudo do IBDF que prevê receita de US\$ 9 bilhões com madeira

FROTA NETO

Da Sucursal de Brasília

BRASÍLIA (Sucursal) — A floresta amazônica — estimada em US\$ 90 bilhões — poderá ser colocada à venda. Isso deverá ocorrer sob o regime de "contrato de risco" para ajudar a pagar a dívida externa. E como se fosse colocada uma placa "vende-se" na porteira que abre o Rio Amazonas para o Oceano Atlântico ou no marco zero da Transamazônica. Esses "contratos de risco" — chamados oficialmente de contratos de utilização florestal — foram idealizados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) com base em experiência em outras partes do mundo. Embora o presidente do IBDF, Paulo Azevedo Berutti, tenha afirmado à repórter Pamela Nunes que o tema "ainda está em estudos" em todas as suas fases, possibilidades e alternativas, sabe-se que ele informou ao presidente da Associação Brasileira de Produtores de Madeira, Nodario Azeredo, que o "material completo sobre os contratos de risco para a Amazônia" está na Presidência da República, e, portanto, "ainda não disponíveis para divulgação". De certa forma, porém, a venda vai começar em Tucuruí.

Ha duas questões vinculadas: uma vez a Presidência da República decidindo-se a adotar o "contrato de risco", a exploração da madeira será feita por empresas estrangeiras, e, como tal, o produto será destinado ao mercado internacional, gerando divisas que ajudarão a recompor o pagamento da dívida externa brasileira. Ou seja, é o tipo de projeto que será adotado como última e quase desesperada tentativa de evitar uma renegociação da dívida. As dificuldades são impostas pela exaustão da capacidade brasileira de aumentar suas exportações, dentro da atual pauta, pelas restrições que estão se acentuando cada vez mais no mercado internacional contra nossas exportações e, ainda, para o caso de não se conseguir conter as importações, pois as autoridades já admitem um crescimento, ainda que "moderado", de nossas compras no exterior. O déficit na balança comercial brasileira, este ano, por exemplo, deverá girar em torno de US\$ 900 milhões.

O QUE É O CONTRATO

De acordo com estudos realizados para o IBDF pelo técnico da FAO, F. Schmithusen, o total da área florestal da região amazônica atinge aproximadamente 320 milhões de hectares. Desse total, 280 milhões são constituídos de florestas densas. O volume médio de floresta densa amazônica é de aproximadamente 175 metros cúbicos por hectare, e, desse total, 45 metros cúbicos por hectare, nas atuais circunstâncias, podem ser considerados comercialmente exploráveis. A maior parte da floresta amazônica permanece ainda sob propriedade estatal, com os governos federal e estaduais controlando, juntos, mais de 90 por cento da área total das florestas. Para se ter uma idéia da imensidão da área

que poderá ser atingida pelos "contratos de risco", basta compará-la com do "Yearbook Of Forest Products" (1975/1973): a área estima sob "contrato de utilização florestal" na Ásia (Indonésia, Malásia, Papua, e Filipinas) atinge 40 milhões de hectares., na África (Camerun, C.A.R., Congo, Gabão, Gana, Costa do Marfim e Libéria) — 50 milhões de hectares., e na América do Sul (Colômbia, Equador, Peru, Suriname e Guianas Francesa e Inglesa) — 10 milhões de hectares. Como as florestas densas da Amazônia correspondem a 280 milhões de hectares, e como os contratos deverão atingir 20 por cento (56 milhões de hectares) dessa área, isso representaria mais do que qualquer um deles, daqueles em outras regiões do mundo, isoladamente.

O "contrato de utilização florestal" ou "de risco" é um dispositivo legal que confere ao particular o direito de utilizar, durante um período de tempo limitado, o potencial de recursos florestais da terra sob controle da autoridade pública. De acordo com estudo realizado pelo representante da FAO para o IBDF "os direitos específicos transferidos por esse contrato podem ficar limitados à exploração dos recursos existentes (contratos de exploração); podem incluir a derrubada e retirada da madeira em pé (contratos de colheita de madeira); e podem também abranger o controle e o estabelecimento de plantações com vistas a uma contínua produção de matéria-prima (contratos de controle florestal)"

Desse modo, destaca Schmithusen, os aspectos mais proeminentes nesta forma de autorização são: a exploração da madeira e/ou o controle da floresta é feito pela empresa privada, enquanto que a terra propriamente dita permanece sob a propriedade do Estado. Esta forma de concessão florestal constitui basicamente um contrato de risco entre o governo e o setor privado, no qual os interesses de ambas as partes devem ser reconciliados e mutuamente acordados, enquanto sua duração é limitada, mesmo que abranja um grande período de tempo. Tais contratos podem ser encontrados no México, Canadá, em países da América do Sul, África e no Sudeste da Ásia, mas não se tem conhecimento deles, por exemplo, em nenhum país europeu. Como a indústria não tem que investir na propriedade da terra, fica totalmente superada (porque não cria obstáculos) a legislação brasileira que limita a propriedade da terra a estrangeiros no limite máximo de 25 por cento do território físico de cada município.

Se há vantagens na adoção de tal instrumento, o próprio representante da FAO sente-se na obrigação de advertir o governo brasileiro de que há um problema fundamental: "Concedendo tais contratos, qualquer governo corre o risco de a empresa exploradora pôr em perigo os recursos florestais. Isso pode se originar pela falta de obrigações e responsabilidades bem definidas ou devido ao não cumprimento das condições previamente estabelecidas no contrato".



Contratos poderão abranger 56 milhões de hectares, 20% do total coberto por florestas densas e adequadas à exploração da madeira na Amazônia.

A GRANDE VENDA

Em termos globais, o potencial da floresta amazônica está estimado em US\$ 90 bilhões, a partir da coleta de informações do Projeto Radam. Desse total, US\$ 18 bilhões seriam representados por madeiras com mercado garantido no exterior. O presidente do IBDF, Berutti, confirmou recentemente à "Gazeta Mercantil" que o governo está prevendo "forte pressão" sobre a floresta amazônica, na próxima década, no sentido de manter o suprimento do mercado externo de madeira. Uma fonte do IBDF confidenciou, por seu turno, que a Amazônia poderia representar, para o governo Figueiredo, "uma razoável margem de manobra" do ponto de vista da dívida externa.

Esses US\$ 90 bilhões representam quase três vezes a atual dívida externa líquida do Brasil. Claro que não seria nem econômica, nem técnica nem ecologicamente possível vender toda essa floresta. O mercado externo não teria porém condições de absorver, a curto prazo, toda essa matéria prima, lembra recente edição da publicação "Relatório Reservado". Mas quanto a esses US\$ 18 bilhões com mercado garantido no exterior, eles estão na dependência apenas do "autorizo" presidencial. Pelos estudos, que estão sendo mantidos em sigilo, a idéia do "contrato de risco" implicaria uma participação do governo em 50 por cento do produto exportado, cabendo à empresa exploradora toda a responsabilidade de extração e comercialização do produto. A obtenção de 50 por cento (US\$ 9

bilhões) se encaixa nesse raciocínio. Isso porque em torno de 40 por cento da dívida externa brasileira (um pouco acima dos US\$ 40 bilhões) são do governo — estatais e repartições. O nível de reservas está girando sobre US\$ 10 bilhões, o que dá uma dívida líquida de US\$ 30 bilhões. Considerando, mesmo no global, a dívida de US\$ 40 bilhões, ter-se-ia ao redor de US\$ 16 bilhões de dívida do governo, sendo o restante das empresas privadas, notadamente as empresas multinacionais. Como as dívidas não vencem num só prazo, estando escalonadas ao longo do tempo (perfil esse, inclusive, que o governo está lutando para melhorar), a exploração e a exportação da madeira da Amazônia iriam tapando os "furos" legados pelos números críticos no balanço de pagamentos.

A GRANDE DEVASTAÇÃO

Para realizar a obtenção desses 20 por cento da floresta e exportar madeira no valor de US\$ 18 bilhões, a Amazônia perderia pelo menos entre 30 a 40 por cento de sua floresta. Não haveria necessidade de o País reescalonar toda a sua dívida (embora algumas estejam, particularmente, sendo renegociadas) ou chegar a uma condição mais do que temida de moratória. Em compensação, a região corre o risco de um sério desequilíbrio ecológico, mesmo porque não haveriam recursos internos suficientes para realizar o replantio da floresta que tor assim devastada.

Acontece que a floresta amazônica já está sendo devastada. Nei Monteiro da Silva, gerente da Jari Florestal e Agropecuária Limitada, empresa do grupo Daniel Keith Ludwig, (instalada no Amapá e Pará) informou, no 11.º Congresso da Associação Brasileira de Celulose e Papel, que aquela empresa vai precisar derrubar quatro hectares/dia (ou 40 mil metros quadrados) de floresta nativa para gerar energia suficiente para operar os seus projetos de celulose e caulim. Já no próximo ano a Jari começa a operar em escala industrial.

A Sudam reconhece, por seu lado, que está havendo desmatamento em larga escala, em toda a região Norte, tanto que não vai aprovar novos projetos agropecuários de grande porte na "hileia amazônica".

Acontece que esses desmatamentos, quase sempre com uso de fogo, não estão sendo feitos só por pequenos agricultores, mas, principalmente, por grandes empresas multinacionais e nacionais que utilizam as zonas desmatadas em seus programas de pecuária.

Numa exemplificação de como está se deteriorando o quadro, os técnicos governamentais acreditam que aproximadamente 10 por cento de toda a floresta amazônica já foram dizimadas. Estudos realizados a partir de imagens transmitidas pelo satélite Landsat dão conta de que, numa área pesquisada de 55 milhões de hectares, 4 milhões já foram totalmente desmatados. A adoção dos "contratos de risco" de madeira, para obter moeda forte visando a ajudar a pagar a elevada dívida externa, gerada fundamentalmente pela desequilibrada estrutura industrial do país, vai acelerar essa devastação.

De certa forma, e mesmo antes do que se pensava, os contratos já estão começando. O governador eleito do Pará, coronel Alacid Nunes, disse estar confirmada sua denúncia de que "grupos estrangeiros" (alemães, americanos e franceses e até soviéticos), estão interessados na exploração madeireira na área a ser inundada com a construção da hidrelétrica de Tucuruí (de responsabilidade da Eletronorte), onde há uma reserva estimada de 100 milhões de metros cúbicos, sendo pelo menos 15 milhões de madeira de classe "A", destacando-se o "mogno". Em outubro passado, o superintendente da Sudam, Hugo Machado, afirmava que a exploração da madeira desta área seria aberta a empresas estrangeiras que se consorciarem com firmas brasileiras na concorrência a ser feita, apesar da resolução, adotada no primeiro seminário sobre inundação de Tucuruí, realizado em Belém, que recomendou a necessidade de a exploração ser feita apenas por empresas brasileiras. O edital da licitação da Eletronorte já foi publicado. Empresas estrangeiras manifestaram interesse e deverão se consorciar com brasileiras. O resultado sairá ainda neste mês de dezembro, já tendo sido iniciada a fase de exame da documentação das empresas interessadas.